

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense Class.: Madeira / Camp. Mogno

Data: 21/01/93 Pg.: 15 112

Importadores ingleses de mogno visitarão o Brasil

O representante da Federação do Comércio Madeireiro de Londres (Timber Trade Federation), Arthur Morrell, chega ao Brasil no próximo dia 1º, acompanhado de outros empresários britânicos, para ver de perto como é feita a exploração do mogno (*Swietenia macrophylla King*) na região Norte do País. Eles têm sido pressionados pelos ambientalistas a não importar mais o produto brasileiro que sai — praticamente todo — de áreas indígenas e unidades de conservação protegidas por leis federais.

Em Brasília, Arthur Morrell terá um encontro com o ministro Coutinho Jorge, também presidente do Ibama, órgão responsável pelo controle da exploração madeireira em todo o País. Mas, de acordo com informações fornecidas pelo Greenpeace, o Ibama não consegue registrar, por exemplo, mais de dez por cento da produção no Estado do Pará.

Segundo o adido de Imprensa da embaixada britânica no Brasil, Mark Kend, com o Ibama, os empresários buscarão informações sobre a exploração de mogno em áreas de preservação ambiental.

Outro encontro agendado pela embaixada britânica é com o presidente da Funai, Sidney Possuelo. Arthur Morrell certamente ouvirá do sertanista que o corte indiscriminado de mogno e outras madeiras nobres nas áreas demarcadas para os índios é crescente, apesar das inúmeras leis. Constará ainda da agenda dos empresários britânicos, uma viagem aos estados do Norte, mais precisamente ao Pará, onde neste momento uma decisão judicial determina a retirada de três grandes madeireiros do território indígena. "Eles devem sobrevoar as áreas de exploração", acredita Mark Kend.

Apesar da visita dos empresá-

rios britânicos ao Brasil, não há por enquanto, conforme declarou Mark, indícios de que as importações venham a ser definitivamente interrompidas com a constatação de irregularidades. "Isto, eles é que irão decidir", destacou o funcionário da embaixada. O sistema brasileiro de explorar e comercializar o mogno, entretanto, parece estar incomodando os importadores da Grã-Bretanha. Um grande importador já se manifestou.

Através de fax a entidades ambientalistas do Brasil, o diretor Administrativo da M & M Norman — da Escócia —, J. David Norman, depois de tomar conhecimento da decisão judicial contra as madeireiras no sul do Pará, garantiu que a sua companhia não importará mais o mogno do Brasil, até que haja uma comprovação de que a madeira está vindo apenas de fontes legais e bem manejadas.

NDI mostra preocupação

"Chegou a hora de sabermos se o ministro do Meio Ambiente, Coutinho Jorge, está do lado dos madeireiros ou do lado dos que lutam pela preservação ambiental", disse ontem a advogada Juliana Santilli, do Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), que obteve junto à 4ª Vara Federal em Brasília, liminar determinando a retirada das madeireiras de áreas indígenas no Sul do Pará. Citado no início da semana, ao lado da Funai e da União Federal, o Ibama tem até segunda-feira para recorrer da decisão.

Conforme afirmou Juliana Santilli, se o Ibama apresentar recurso, "estaremos confirmando as ligações do ministro com os madeireiros de seu estado". Até o início da tarde de ontem, Coutinho Jorge, de acordo com seus assessores, ainda não havia tomado qualquer posição em relação ao assunto. Segundo o NDI, também as madeireiras pretendem recorrer da decisão judicial para interromper a exploração nas áreas indígenas.

Dados revelam sonegação

Região Fiscal do Estado do Pará	Produção (Ibama/Sefa)	Produção (Idesp/IBGE)	Porcentagem de sonegação
São Felix do Xingu, Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, Xinguara, Redenção, Rio Maria, Tucumã, Ourilândia do Norte, São Geraldo do Araguaia, Santa Maria das Barreiras	103,147 m3	2,107,823 m3	95.1%
Pacajá, Itupiranga, Jacundá, Parauapebas, São João do Araguaia, Tucuruí, Curionópolis, Marabá, Rondon do Pará, Brejo Grande do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins	120,895 m3	1,427,600 m3	91.5%
Paragominas, São Domingos do Capim, Dom Eliseu	158,868 m3	25,650,000 m3	99.3%
Taianduba	66,386 m3	125,000 m3	46.9%
Total do Pará	2,194,715 m3	39,803,595 m3	94.5%

■ **GRUPO MAGINCO** — O diretor presidente do Grupo Maginco, Danilo Remer, encaminhou ofício ao ministro do Meio Ambiente, Fernando Coutinho Jorge, esclarecendo que as acusações feitas contra a Maginco — Madeireira Araguaia S/A Indústria Comércio e Agropecuária — no processo movido pelo NDI, são "absolutamente mentirosas, falsas e caluniosas, em relação à extração ilegal de mogno nas áreas indígenas".

A Maginco garante não ter na

região nenhum pessoal, equipamento ou acampamento seu e muito menos haver aberto qualquer estrada clandestina. Danilo Remer conclui o ofício assegurando que "estamos tomando as medidas necessárias para, conforme o devido processo legal, exercitar nossa defesa cabal perante a 4ª Vara da Justiça Federal em Brasília, como também para promover a responsabilidade legal dos autores dessa acusação infundada, na área penal e na área civil".